



FORMATAÇÃO E EDIÇÃO DO TEXTO ACADÊMICO EM UM CURSO DE EXTENSÃO

Jackson Wilke da Cruz Souza
Universidade Federal de Alfenas
jackson.souza@unifal-mg.edu.br

Guilherme Lourenço da Silva
Universidade Federal de Alfenas
guilherme.lourenco@sou.unifal-mg.edu.br

Resumo

Neste artigo apresentamos nossas experiências na oferta do curso de extensão Edição e Formatação de textos acadêmicos. Para tanto, discutimos a noção de formatação e edição de textos acadêmicos como parte fundamental para o processo de formação do aluno do ensino superior com relação ao conhecimento e experiências com Gêneros Textuais acadêmicos. Por conta de termos adotado a perspectiva teórica de Letramento Acadêmico, consideramos metodologicamente o conhecimento prévio que os alunos poderiam possuir sobre a manipulação de textos em editores automáticos, caracterizando o referido curso como de atualização de conteúdos e auxílio à formação acadêmica dos participantes. Como resultado, além da própria oferta do curso, apresentamos a criação de um material didático e multimodal que embasou o curso, além da oportunidade de o curso ter ocorrido de maneira virtual, por conta do distanciamento social imposto pela pandemia de SARS-CoV-2.

Palavras-chave: Letramento Acadêmico; Gêneros Textuais; Curso de Extensão.

FORMATTING AND EDITING THE ACADEMIC TEXT IN AN EXTENSION COURSE

Abstract

In this paper, we present our experiences in offering the extension course Editing and Formatting Academic Texts. Therefore, we discuss the notion of formatting and editing academic texts as a fundamental part of the process of training higher education students in terms of knowledge and experiences with academic textual genres. Because we have adopted the theoretical perspective of Academic Literacy, we methodologically consider the prior knowledge that students could have about the manipulation of texts in automatic editors, characterizing the referred course as content update and assistance to the academic training of the participants. As a result, in addition to the course offering itself, we present the creation of a didactic and multimodal material that supported the course, in addition to the opportunity for the course to have taken place virtually, due to the social distance imposed by the SARS-CoV-2 pandemic.

Keywords: Academic Literacy; Textual Genres; Extension Course.

FORMATEAR Y EDITAR EL TEXTO ACADÉMICO EN UN CURSO DE EXTENSIÓN

Resumen

En este artículo presentamos nuestras experiencias en la oferta del curso de extensión Edición y Formateo de Textos Académicos. Por tanto, discutimos la noción de formatear y editar textos académicos como parte fundamental del proceso de formación de los estudiantes de educación superior en cuanto a conocimientos y experiencias con los géneros textuales académicos. Por haber adoptado la perspectiva teórica de la Alfabetización Académica, consideramos metodológicamente los conocimientos previos que pudieran tener los estudiantes sobre la manipulación de textos en editores automáticos, caracterizando el referido curso como actualización de contenidos y asistencia a la formación académica de los participantes. Como resultado, además de la oferta del curso en sí, presentamos la creación de un material didáctico y multimodal que apoyó el curso, además de la oportunidad de que el curso se haya realizado de manera virtual, debido a la distancia social impuesta por la pandemia de SARS-CoV-2.

Palabras clave: Alfabetización Académica; Géneros Textuales; Curso de Extensión.



INTRODUÇÃO

O ingresso no Ensino Superior impõe ao aluno diversos desafios de ordem psicológica, pedagógica e técnica, que acompanham os estudantes desde o ciclo básico de formação. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Ensino Fundamental tem papel na vida do estudante de (i) fazê-lo compreender o conceito de cidadania, (ii) proporcionar posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais, (iii) incentivar a percepção do aluno como integrante, dependente e agente transformador do ambiente, (iv) utilizar as diferentes linguagens, (v) conhecer e utilizar diferentes recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos, dentre outros objetivos (BRASIL, 1998). Já no Ensino Médio, objetiva-se sistematizar um “conjunto de disposições e atitudes como pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar, negociar significados, cooperar, de forma que o aluno possa participar do mundo social, incluindo-se aí a cidadania, o trabalho e a continuidade dos estudos” (BRASIL, 2000 p.5). Nesse ínterim, ao que se refere à produção textual, o aluno elabora diversos textos relativos a seu nível de formação intelectual. Muitos desses textos serão, mais tarde, abordados de maneira mais profunda no Ensino Superior, na tentativa de suprir as demandas e necessidades comunicativas desse nível de formação acadêmica.

O processo de ensino-aprendizagem de Gêneros Textuais (doravante, GT), por vezes, é pautado na observação e reprodução de estruturas composicionais. De acordo com Marcuschi (2003), os GTs estão sempre alinhados às ações humanas, atendendo às necessidades comunicativas dos sujeitos de dado sistema linguístico. Ademais, os gêneros apresentam alto poder preditivo, pois cada gênero é composto por certas características de composição, as quais não atuam sobre o enrijecimento da ação criativa dos falantes, mas são mecanismos de estabilização do gênero, garantindo o prolongamento da existência daquele gênero, bem como as possíveis reinvenções textuais a partir dele.

Ao estudar GTs, Vieira e Faraco (2019) propõem um espectro de formalidade aos gêneros, variando entre informal, semiformal, formal e ultraformal, respectivamente. Os autores também concordam que os gêneros não são enrijecedores da criatividade humana na comunicação, mas apontam que quanto mais próximo da ultraformalidade (como requerimento e memorando), os gêneros sofrem menos interferência em sua composição, o que é proporcionalmente contrário quando comparado aos gêneros próximos à informalidade (como carta pessoal e diário). Ademais, os gêneros dificilmente poderão se transmutar entre categorias de formalidade não adjacentes, como a transposição de uma carta pessoal para um memorando, ainda que compostos por tipos textuais semelhantes.

A partir dessas considerações de Vieira e Faraco (2019), os gêneros estudados na escola ou na universidade são classificados como gêneros formais, exigindo do aluno uma série de competências técnicas acerca de produção, circulação e recepção desses gêneros. Entretanto, cabe questionar o que tem dificultado o processo de ensino-aprendizagem no âmbito acadêmico de GTs que possuem, a princípio, tipos textuais e funções comunicativas semelhantes aos que os alunos experienciaram durante sua formação nos Ensinos Fundamental e Médio, como resumos e resenhas.

Apesar de possuírem características semelhantes, os GTs com os quais o aluno tem experiências na escola e na universidade diferenciam-se especialmente por sua formatação. É verdade que os lugares sociais em que os gêneros acadêmicos circulam primam pelo conteúdo, como propostas e/ou resultados de pesquisas. Por outro lado, se esse conteúdo não estiver formatado de acordo com normas específicas, é possível que não seja aceito por uma banca de avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou, ainda, possa ter um artigo científico rejeitado ao submetê-lo a um periódico.

Assim, objetivamos neste trabalho discutir como a formatação e a edição dos GTs acadêmico-científicos compõem fundamentalmente o processo de letramento acadêmico do aluno universitário. Especificamente, apresentaremos a proposta e a metodologia de um curso de extensão de edição e formatação de TCCs e artigos científicos. Salientamos que o curso faz parte do projeto de extensão Letramentos Acadêmicos Multimodais, aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Para tanto, este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na Seção 2, apresentamos o referencial teórico deste trabalho. Na Seção 3, destacamos a proposta metodológica do referido curso de extensão, especialmente por ter sido remodelado para ocorrer em um ambiente virtual de ensino. Na Seção 4, apresentamos os resultados deste curso, seguidos de algumas considerações finais, na Seção 5.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Mascarenhas, Silva e Torres (2021), as ações desenvolvidas no âmbito da extensão universitária devem ter a função de romper as barreiras sociais, econômicas e, por vezes, geográfica entre a Universidade e a comunidade externa a ela. Muito além da perspectiva de “passar conhecimento à comunidade externa”, por meio de ações extensionistas (como cursos, projetos e programas, por exemplo), conseguimos atingir sujeitos plurais, respeitando suas individualidades e trajetórias de vida, primando sempre pela autonomia desses sujeitos.

É importante salientarmos que a extensão universitária objetiva constantemente por um maior reconhecimento no cenário nacional, ultrapassando a ideia de ser uma mera prestação de serviços. A trajetória da extensão universitária no Brasil iniciou-se no ano de 1931, quando, pela primeira vez, foi citada no Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, no governo de Getúlio Vargas, com o intuito de organizar o Ensino Superior no Brasil. Em seu parágrafo 109, o documento se referia diretamente à extensão, apontando que “a extensão universitária se destina à difusão de conhecimentos, filosóficos, artísticos, literários e científicos, em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo” (BRASIL, 1931, p. 1).

Com base nessa afirmação, do ponto de vista teórico, percebemos a importância que é dada às ações extensionistas como mecanismos que promovem o aperfeiçoamento do indivíduo e do coletivo. Nesse sentido, essas ações têm potencial de diminuir diferenças sociais que, ao longo dos anos, se dilatam entre as camadas da sociedade. Entretanto, do ponto de vista prático, percebemos que o tema, no referido documento, não apresentava grande especificação da real função da extensão, o que aconteceu apenas em décadas depois dessa primeira citação legal.

Ao longo dos anos seguintes, foi-se estruturando uma função mais operacional sem aprofundamento real e expressivo da verdadeira potência que havia nessa área. Em 1967, a extensão passa a assumir um caráter mediador entre ensino e pesquisa e, somente no ano seguinte, é que foram reconhecidos os benefícios que os alunos adquirem ao participar de ações extensionistas (MASCARENHAS; SILVA; TORRES, 2021).

No período ditatorial brasileiro, a extensão universitária assumiu um papel assistencialista, com trabalhos sociais tomando o lugar de prestação de serviço à população mais carente, limitando a atuação das Universidades ao objetivo de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho (STEIGLEDER; ZUCCHETTI; MARTINS, 2019). Somente com a Constituição Federal de 1988, a extensão adquiriu um vínculo com a pesquisa e o ensino. Essa relação atualmente é conhecida como o “tripé universitário” ou tríade universitária, assumindo uma relação de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (STEIGLEDER; ZUCCHETTI; MARTINS, 2019). Esse aspecto fortaleceu a ação das universidades, que passaram a trabalhar de forma mais aprimorada e unificada com relação ao impacto social causado por suas ações, especialmente na esfera da extensão.

Segundo Mascarenhas, Silva e Torres (2021), a extensão é um pilar da Universidade, fortalece-a e a auxilia a tornar-se mais reflexiva por meio da dialogicidade com a comunidade externa. Ainda segundo os autores, as ações extensionistas criam um ambiente universitário atento às críticas que sofre, como a distância entre as pesquisas desenvolvidas na universidade e

as reais demandas sociais. Isso, como resultado, aprimora ainda mais a eficácia de ações em prol da sociedade perante as demandas que esta emana.

Desde a Constituição Federal de 1988 (FEDERAL, 1988), a extensão provoca um aperfeiçoamento cada vez maior na formação do discente universitário, apresentando-lhe processos de democratização do conhecimento e transformação social. Os projetos de extensão desenvolvem no aluno uma visão mais crítica em relação à real situação da sociedade, ampliando nele a percepção da realidade, mais solidária e empática para com o mundo a sua volta, impactando diretamente em sua formação acadêmica. Ademais, devemos compreender a extensão universitária como um mecanismo de enfrentamento de crises sociais e na solução dos desafios impostos às instituições de ensino. É por meio do diálogo entre a universidade e a comunidade externa que é possível entender os problemas sociais e, a partir disso, buscar soluções práticas.

A compreensão das demandas sociais a partir das ações extensionistas não deve partir do princípio de que a universidade detém todo o conhecimento e que virá dela e somente dela as soluções às demandas sociais. Deve-se, então, levar em conta conhecimentos que, por vezes, podem não estar institucionalizados ou serem reproduzidos de acordo com a lógica da construção do saber formal acadêmico. Nesse sentido, a perspectiva do processo de ensino-aprendizagem nas ações extensionistas deve se pautar em considerar as experiências anteriores às ações do público atendido. Assim, nos parece pertinente nos pautar na perspectiva teórica de letramentos acadêmicos, que pautou o “Curso de Edição e Formatação de textos acadêmicos”, ao qual fazemos referência neste artigo.

De acordo com Silva e Castanheira (2019), quando falamos de letramento, devemos partir do princípio de que o aluno já detém determinados conhecimentos, o que nos permite iniciar discussões e inserções de assuntos entendendo o conhecimento como um processo em constante construção. Assim, esse processo não se limita à transfusão de conteúdo e/ou informação, mas um projeto que conta com a intensa e contínua interação e troca de ideias entre os organizadores e os participantes, a fim de tornar o ensino-aprendizagem mais eficiente e participativo.

Mesmo em cursos de extensão de caráter introdutório, é necessário sabermos o tipo de conhecimento que estamos construindo junto ao público participante da ação. A partir de uma sondagem inicial, saberemos se devemos avançar mais rapidamente ou nos determos de maneira mais aprofundada em determinados tópicos, por exemplo. A partir do momento em que consideramos que o público também é detentor de certo nível e tipo de conhecimento, temos a possibilidade de construir novos conhecimentos, aprimorar nossos métodos didático-

pedagógicos e a eficácia do próprio curso, desenvolvendo um conteúdo mais atrativo, pelo fato de ser mais aplicável e replicável na realidade do público.

A prática da escrita acadêmica, em muitos assuntos, é tratada como método avaliativo, de modo que os alunos, de certa maneira, se restringem a fazê-la para obter determinada pontuação em uma disciplina e nada a mais. Silva e Castanheira (2019), ao investigarem o interesse na escrita acadêmica de alunos dos cursos de Pedagogia e Psicologia, comprovaram que a grande maioria não dá a devida importância para a escrita de textos acadêmicos, apenas o escrevem para passar de período e obter uma nota razoável que possibilite a aprovação.

Isso se deve a inúmeros fatores, podendo ser oriundos de uma defasagem no ensino e nas práticas pedagógicas a que esses alunos foram submetidos: pouca prática e falta de vislumbre sobre a utilização do conteúdo ensinado. Na maioria desses casos, os alunos quando nunca produziram, produziram poucos textos estruturados de gêneros formais, ficando apenas em escritas simples, limitadas aos gêneros mais informais. Assim, ao ingressarem na Universidade, eles se deparam com textos mais complexos do que os livros que já leram e precisam lidar com novas barreiras psicológicas, técnicas e pedagógicas desse novo espaço social que agora ocupam.

Indo ainda mais além, observamos que essa mesma defasagem e falta de importância que muitos alunos têm para com a escrita acadêmica são transpostas para as questões técnicas relativas à formatação de textos. Tal fato se dilata ao analisarmos a edição e formatação dos textos avaliados em disciplinas de produção de textos acadêmicos, por exemplo, em que a forma, algo bastante valorizado nesse espaço social onde os textos circulam, fica à margem do esperado, ainda que não seja um conteúdo especificamente trabalhado em muitas ementas de disciplinas dessa natureza em cursos superiores no Brasil.

Assim, para compreender e aprimorar as práticas do letramento acadêmico, precisamos levar em consideração o contexto social em que os discentes estão inseridos. A partir dessa contextualização, podemos entender melhor qual a origem de suas dificuldades, traçar melhores caminhos para solucioná-las e desenvolver um trabalho colaborativo mais impactante entre professor e alunos, resultando em um processo de aprendizagem mais dinâmico e eficaz. Dessa maneira, a conjugação entre ações de extensão com as práticas do letramento pode originar um projeto de bastante impacto social com relação a sua utilidade e a melhor compreensão do assunto abordado, auxiliando ainda mais na melhora do retorno social da Universidade no contexto em que está inserida. Criar a didática de ensino e cronograma do projeto junto ao aluno, de forma participativa e proporcionando a troca de experiências/conhecimentos de ambos os lados, faz do projeto de extensão um espaço dialógico e participativo, o que pode incentivar ainda mais a permanência nos cursos universitários, reduzindo o número de evasão.

Na próxima seção, apresentaremos a metodologia que utilizamos para o desenvolvimento do curso de extensão.

METODOLOGIA

JUSTIFICATIVA DA EXISTÊNCIA DO CURSO

Como dito anteriormente, a passagem pela universidade pode ser bastante custosa aos alunos, especialmente ao que tange à produção textual acadêmica. Isso muito se reflete por conta do processo de ensino-aprendizagem em que eles podem estar inseridos, levando-os a compreender os GTs como exaustivas repetições de categorias a serem preenchidas.

Além das dificuldades enfrentadas pelas exigências da produção textual dos GTs acadêmicos, o que observamos, desde a proposta inicial do referido curso de extensão, é que esses textos são regidos por normas técnicas específicas. Tais normas organizam e formatam os textos, resultando em uma boa apreciação e/ou avaliação por uma banca de TCC ou de pareceristas de um artigo científico, por exemplo. Assim, nosso argumento aqui é de que a forma e a norma também são de suma importância para a composição do texto acadêmico, além de seu próprio conteúdo.

Ademais, salientamos que o conhecimento sobre as normas técnicas nem sempre é suficiente para garantir que o autor do texto o produza com mais ou menos facilidade. É necessário conhecer as possíveis ferramentas para editar e formatar o preterido texto. Dessa maneira, decidimos não trabalhar explicitamente com as normas técnicas dos trabalhos e textos acadêmicos prescritas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), mas incorporá-las ao conteúdo de edição de texto utilizando uma ferramenta de edição de textos. Assim, ao invés de apenas determinarmos que as margens do texto devem ter uma certa medida, ensinamos aos alunos do curso como editar as margens com base nas medidas técnicas prescritas, por exemplo.

Nesse último ponto ainda é importante destacar que, por conta de o curso de extensão ter sido oferecido de maneira virtual, alunos de outras instituições de ensino superior participaram da ação extensionista. Assim, centrar-se apenas no ensino das normas técnicas de um único manual (como o manual da ABNT) restringiria significativamente nosso público-alvo.

Ao termos finalizado a oferta do referido curso, tivemos relatos dos alunos sobre o conhecimento técnico acerca da edição e formatação dos textos acadêmicos. Nesses relatos, houve destaque que esse tipo de conteúdo é algo necessário para o próprio empoderamento autoral da produção textual, minimizando desvios técnicos do texto, fazendo com que os leitores-

Formatação e edição do texto acadêmico em um curso de extensão

avaliadores se atenham ao conteúdo em detrimento de uma dada norma exigida pela universidade e/ou revista.

CRIAÇÃO DO PROJETO

Como objetivo inicial, traçamos os tópicos a serem abordados e o tipo de público que desejaríamos alcançar. Tendo como marco teórico o letramento acadêmico, em que assumimos que os alunos já possuem certo conhecimento, entendemos que o conteúdo mais básico e introdutório de formatação de textos em editores automáticos não precisaria de grande foco. Assim, estruturamos nossas aulas em quatro tópicos gerais, organizados entre formatação e edição de artigo científico e TCCs.

Recuperando as experiências de outras edições do mesmo curso, observamos durante as reuniões de estruturação da ação a necessidade de um material de apoio (SOUZA; SILVA, 2022), o qual seria utilizado como base para os estudos dos alunos, além de exercer o papel de ser material de consulta. Dessa forma, demos início à elaboração do material, estruturando o conteúdo em função das necessidades e objetivos do próprio curso. Cada conteúdo do material possui tutoriais em forma de texto, imagem e vídeo, a fim de facilitar a compreensão dos conteúdos e ferramentas.

O objetivo do curso não foi trabalhar as normatizações especificamente. Apesar disso, decidimos introduzir no material a noção de normatização segundo ABNT, além de outros tipos de editores de textos, além do Microsoft Word (doravante, Word), eleito para ser utilizado durante o curso. Ademais, ainda na seção introdutória do material, apresentamos ao leitor a estrutura básica de um texto acadêmico (a saber, TCC), com a sequência de seções e elementos multimodais que cada trabalho possui.

Após a finalização do material e, conseqüentemente, com a estrutura do curso já definida, abrimos as inscrições. A princípio, o curso havia sido planejado para ocorrer de maneira presencial; entretanto, por conta da pandemia de Sars-CoV-2, ele precisou ser remodelado para ser desenvolvido de maneira *online*. Como resultado, pudemos atender um público ainda mais diversificado (em termos geográficos e de Instituições de Ensino Superior), sinalizando-nos a importância e a necessidade de um curso no formato virtual.

ESTRUTURA DO CURSO DE EXTENSÃO

Formatação e edição do texto acadêmico em um curso de extensão

Passamos a desenvolver a estrutura principal de nosso curso de extensão. Tendo como ponto de partida que o conteúdo do curso não seria básico, decidimos iniciar o conteúdo a partir da apresentação inicial do *software* que iríamos usar e construirmos os conteúdos de forma a escalonar as dificuldades dos tópicos abordados.

O curso ocorreu num período de quatro semanas, com encontros síncronos semanais de duas horas de duração. Além disso, pensamos em atividades assíncronas para que o aluno continuasse exercitando o conteúdo do curso durante a semana, como a reedição e reformatação dos textos-exemplos utilizados nas aulas. Para a efetivação do curso, apontamos que era desejável que o aluno tivesse acesso prévio ao editor de textos Word, ainda que isso não fosse impeditivo de ele conseguir acompanhar as aulas utilizando outros editores de texto.

Assim, os encontros ficaram organizados da seguinte maneira:

- a) *Primeiro encontro*: Apresentamos a estrutura básica do Word, entendendo sua organização, para assim localizarmos mais facilmente os comandos e funcionalidades de edição. Fazendo uso de um texto-exemplo, iniciamos com os alunos as formatações básicas, como configurações de *layout* de página.
- b) *Segundo encontro*: Iniciamos com uma breve recordação dos tópicos trabalhados no encontro anterior, a fim de fixar ainda mais o conteúdo. Após esse momento, aprofundamos nossos conhecimentos e nossa prática em ferramentas mais complexas (como criação de sumários e referências bibliográficas), com o objetivo de automatizar alguns processos de edição do texto, com uma formatação mais robusta e exigida pelo meio acadêmico.
- c) *Terceiro e quarto encontros*: Em nossos últimos encontros, iniciamos um processo mais prático, já que todas as ferramentas necessárias à edição e formatação do texto haviam sido apresentadas nos encontros anteriores. Por esse motivo, a fim de concluir todo o processo pedagógico do curso, na terceira aula estudamos mais detidamente a formatação de artigos científicos e, no quarto encontro, estudamos a edição de TCCs.

RESULTADOS

Com relação ao material de estudo e apoio que produzimos, ao final do curso, os participantes puderam avaliar a qualidade do material disponibilizado. Por meio de uma pesquisa de satisfação feita com os alunos do curso, observamos que 91,7% deles avaliaram que a apostila cumpre com o objetivo de auxiliá-los no curso a nível bom e excelente. Igual porcentagem avaliou que os vídeos, a escrita e as imagens foram didáticas e eficazes na demonstração dos processos de edição.

Além disso, destacamos o fato de o curso ter sido ofertado de maneira virtual, como dito anteriormente. Dessa forma, foi possível ampliar seu alcance: em edições anteriores abrimos apenas 40 vagas por conta de espaço físico e recursos disponíveis em nossa universidade; nesta última edição, disponibilizamos 80 vagas, as quais foram rapidamente preenchidas. Dentre os alunos inscritos, contamos com a participação de estudantes de cinco estados, distribuídos conforme demonstramos na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição dos inscritos por Estado

Estado	Quantidade de participação
MG	27 (64,29%)
RS	6 (14,29%)
SP	4 (9,52%)
PA	3 (7,14%)
PE	1 (2,38%)
RJ	1 (2,38%)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Além de ter sido possível identificar cinco estados diferentes, observamos também diferentes níveis de formação acadêmica entre os beneficiários do curso, distribuídos entre graduação básica e pós-graduação (Tabela 2)¹.

Tabela 2 - Distribuição dos alunos por escolaridade

Escolaridade	Quantidade de participação
Graduação	50 (86,21%)
Especialização	2 (3,45%)
Mestrado	4 (6,90%)
Doutorado	2 (3,45%)

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nos dados disponibilizados nas Tabelas 1 e 2, é possível repensar e corroborar alguns apontamentos feitos em seções anteriores deste artigo. Defendemos até aqui que a passagem pelo ensino superior exige dos alunos certas experiências com os GTs acadêmicos, especialmente no momento de ingresso nesse nível de formação. Tal apontamento é majoritariamente indicado na quantidade de alunos de graduação que realizaram nosso curso.

Porém, observando o perfil do público atendido pelo curso, é possível pensar que não somente os ingressantes no ensino superior possuem dificuldades técnicas de realizar a edição e

¹ Os dados demonstrados nas Tabelas 1 e 2 não são referentes a todos os inscritos por conta de nem todos terem preenchido as informações de escolaridade e localidade no formulário de inscrição. Assim, os dados da Tabela 1 representam 42 inscritos, enquanto os da Tabela 2 representam 58.

formatação de seus textos, mas também alunos em nível de pós-graduação. Esses alunos totalizam 14,28% do público participante em nosso curso. Assim, em uma nova possível oferta do curso, será possível implementar conteúdos mais avançados e mais específicos para esse referido público, o que, conseqüentemente, resultaria também na atualização do conteúdo do manual técnico desenvolvido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos apresentar o trabalho desenvolvido no “Curso de Edição e Formatação de textos acadêmicos”, em que tivemos como resultado principal a elaboração de um manual técnico que servirá como guia de edição dos textos acadêmicos, além da metodologia equacionada em tarefas desenvolvidas na referida ação extensionista. Ressaltamos que esses resultados foram alcançados em conjunto com os alunos participantes os conhecimentos necessários para formatação de textos acadêmicos.

Buscamos com esse curso demonstrar aos participantes a importância da correta aplicação de normas técnicas aos textos acadêmicos quando submetidos à apreciação e/ou à avaliação por uma banca de TCC ou de pareceristas de um artigo científico. Salientamos que, como o conteúdo, a formatação do texto também é fundamental para uma boa avaliação e, conseqüentemente, potencializar a circulação do texto no espaço social acadêmico.

Apesar do contexto remoto ter possibilitado um alcance maior do que se obteria na modalidade presencial, encontramos limitações ligadas diretamente à falta de interação e de entendimento dos participantes da ação. No contexto presencial, além do conteúdo trabalhado conjuntamente na sala de aula, havia momentos de interação individual durante a execução das atividades propostas; porém, esse aspecto ficou impossibilitado devido ao contexto virtual. Assim, em uma nova edição do curso de maneira remota deveremos pensar em espaços de atendimento individual e/ou em pequenos grupos para que possamos suprir essa necessidade.

Além disso, o editor de texto escolhido para o trabalho do curso possui algumas restrições referentes ao acesso. Alguns alunos não o utilizam por não possuírem a licença adequada, ou possuírem versões anteriores do *software* que utilizamos. Nesse sentido, deveremos pensar em um curso em que a edição e a formatação de textos acadêmicos possam ser realizadas em diferentes plataformas computacionais.

Tendo em vista que a demanda pelo curso é frequente, dado que novas entradas no ensino superior ocorrem a cada semestre em nossa instituição de ensino, temos como trabalho

futuro a implementação de melhorias às limitações aqui pontuadas. Ademais, será necessário aprimorarmos o material de consulta, tornando-o ainda mais didático com relação a exercícios.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Unifal-MG com relação à divulgação e implementação desta ação de extensão. Além disso, destacamos o apoio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Acadêmico (Progrida) do *campus* Varginha/MG, disponibilizando-nos um monitor-bolsista para o desenvolvimento das atividades síncronas da ação extensionista. Por fim, gostaríamos de agradecer a cada participante dos cursos de Edição e formatação de textos acadêmicos que vem participando, construindo e reformulando conosco durante os últimos anos: certamente este é um dos resultados dialógicos que formamos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpressao.htm
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. **Brasília: MEC/SEF, 1998**. 106 p.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio/ Secretaria de Educação Fundamental. **Brasília/DF: MEC/SEF, 2000**. 71p.
- FEDERAL, Senado. Constituição. **Brasília/DF, 1988**.
- MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, v.20, 2003.
- MASCARENHAS, A.L.L.D.; DA-SILVA, M.R.F.; TORRES, M.B.R. A posição da extensão universitária no espaço acadêmico brasileiro: aspectos legais e campo de lutas. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 18, n. 38, p. 2-16, 2021.
- SILVA, E.M.; CASTANHEIRA, M.L. Práticas de letramento acadêmico: uma análise das condições de produção da escrita em cursos de graduação. **Revista Diálogo das Letras**. v. 8, n. 3, p. 2-21, 2019.
- SOUZA, J.W.C.; SILVA, G.L. **Manual de edição e formatação de textos acadêmicos**. Varginha/MG: Universidade Federal de Alfenas, 2022. 40p. *E-book*.
- STEIGLEDER, L.I.; ZUCCHETTI, D.T.; MARTINS, R.L. Trajetória para curricularização da extensão universitária: contribuições do Fórum Nacional de Extensão das Universidades

Formatação e edição do texto acadêmico em um curso de extensão

Comunitárias-FOREXT e a definição de diretrizes nacionais. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 3, p. 167-174, 2019.

VIEIRA, F.E.; FARACO, C.A. Escrever na universidade: Fundamentos. **São Paulo: Parábola**, 2019.

Recebido em: 22/11/2021

Aceito em: 08/04/2022